
Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda

Mom “quitandeiras”, “kinguilas” and “zungueiras”: women trajectories and everyday of street traders in Luanda.

Orlando Santos



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/510>

DOI: 10.4000/ras.510

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2011

Paginação: 35-61

ISSN: 1646-9860

Refêrencia electrónica

Orlando Santos, « Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 13 dezembro 2013, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/510> ; DOI : 10.4000/ras.510

Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda¹

Orlando Santos

Resumo

O artigo analisa o comércio de rua em Luanda, particularmente o que é realizado por mulheres. Mediante entrevistas, observação do quotidiano das comerciantes e do recurso a literatura histórica, procuro analisar o dia-a-dia dessas mulheres, bem como as suas experiências e trajectórias de vida. Procuo ainda examinar a participação das mulheres no comércio de rua da cidade e, a partir daí, identificar rupturas e continuidades nas práticas rotineiras das antigas e novas gerações de mulheres comerciantes de rua. Ao mesmo tempo que constitui hoje uma das faces mais marcantes do quotidiano da cidade de Luanda, o comércio de rua está presente desde os primórdios da cidade, construindo e fazendo parte da sua trama quotidiana e das relações sociais.

Palavras-chave

Mercado de trabalho, comércio, género, mulher.

Introdução

O objectivo deste artigo é analisar o comércio de rua em Luanda, particularmente aquele que é realizado por mulheres. O termo *comércio de rua* é utilizado ao longo do texto, de forma genérica, para fazer menção ao comércio realizado nos arredores de armazéns e mercados municipais, vias públicas, praças, ladeiras e largos, ou seja, em todos os espaços públicos pelos quais comerciantes informais

•

1. Versão ampliada da comunicação apresentada no XI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizado de 10 a 12 de Novembro de 2010, em Salvador (Bahia, Brasil). Ver <http://brill.publisher.ingentaconnect.com/content/brill/luso/2006/00000013/00000001/art00010>.

transitam e trabalham. Através da observação do quotidiano das comerciantes e do recurso a literatura histórica, procuro analisar essas actividades e o seu percurso na cidade de Luanda.

O artigo busca apreender as práticas comerciais de rua enquanto construções históricas e quotidianas dos atores individuais e colectivos. Deste modo, o contexto do comércio de rua é aqui apreendido como uma realidade social construída e não como “natural” ou “dada”. Tendo em consideração tal pressuposto, entendo que no estudo do comércio de rua, além de reflectir acerca do seu quotidiano, torna-se fundamental tentar entender sua historicidade e dinâmicas sócio-antropológicas.

Deste modo, procuro examinar a participação das mulheres no comércio de rua da cidade e, a partir daí, identificar se existem ou não rupturas e continuidades nas práticas rotineiras das antigas e novas gerações de mulheres comerciantes de rua. Parte-se do pressuposto que ao mesmo tempo em que constitui hoje uma das faces mais marcante do quotidiano da cidade de Luanda, o comércio de rua esteve presente desde os primórdios da cidade, construindo e fazendo parte da sua trama quotidiana e das relações sociais.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira apresenta uma breve panorâmica histórica sobre as feiras e o comércio de rua em Luanda, num dialogo que se estabelece com a produção bibliográfica sobre a temática. No entanto, vale a pena ressaltar que não se tem a pretensão de esgotar a discussão historiográfica sobre a matéria. Os dados de carácter histórico aqui apresentados visam apenas proporcionar um enquadramento geral sobre o contexto sócio-histórico em que o comércio de rua em Luanda teve lugar no passado, contribuindo para uma melhor compreensão deste fenómeno na actualidade.

Na segunda parte, faço uma contextualização do desenvolvimento do comércio de rua no pós-independência e dos seus desdobramentos no actual contexto de Luanda. Esta discussão está ancorada numa literatura que se debruça sobre as dinâmicas da economia (formal e informal) angolana pós-independente e, posteriormente, as características que as feiras livres, mercados e comércio de rua adquirem no referido período. Termino, traçando um retrato etnográfico dos espaços de grande concentração de comerciantes ambulantes, popularmente conhecidos por arreióis. Por último, apresento e discuto dados referentes aos percursos de vida e do quotidiano do grupo de mulheres comerciantes de rua pesquisadas. Procuro, sobretudo, reflectir sobre aspectos ligados às trajetórias de vida e histórias profissionais, relações de geração, de género, etnicidade e vizinhança, bem como rendimentos.²

2. A pesquisa que deu origem ao presente artigo realizou-se no âmbito da elaboração da dissertação de mestrado em Estudos Étnicos e Africanos, intitulada “Do prego da Avó Ximinha ao grito da zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda”. Do ponto de vista metodológico, a referida pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa, adoptando uma combinação entre pesquisa documental e etnográfica. A pesquisa documental privilegiou os documentos públicos, dentre eles jornais, revistas, periódicos portadores de informações atinentes ao histórico da cidade e à presença da mulher nas actividades comerciais de rua. A escolha da abordagem etnográfica como procedimento metodológico privilegiado deste estudo deve-se dentre outros aspectos à sua capacidade em conciliar diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação, métodos de colecta e análise e interpretação de dados. Os dados da pesquisa de campo foram colectados por intermédio de entrevistas semi-estruturadas e mediante observações directas do quotidiano das comerciantes. Durante a realização da pesquisa de campo, fiz dialogar observação e entrevista, documentação escrita e entrevistas. Paralelamente, recorreu-se ao uso de textos literários (em poesia e prosa). A pesquisa de campo foi realizada entre Janeiro de 2008 a Maio de 2009, em três municípios da província de Luanda, nomeadamente: Cazenga, Rangel e Sambizanga.

Entre feiras, kitandas e kitandeiras

Enquanto espaços de trocas e circulação de mercadorias, as feiras estão presentes desde milénios no quotidiano das diferentes civilizações. Em determinados contextos as feiras representam instituições que fazem parte de um sistema económico, mas estritamente ligadas ao sistema político, de parentesco e cultural, que integram as bases de produção, distribuição e consumo de bens e mercadorias [Mott 2000].

Na região de Luanda, estas instituições foram designadas por kitandas. De acordo com o escritor e ensaísta angolano Domingos Van-Dúnem [s.d.], a palavra *kitanda* deriva do kimbundu *itânda*, no plural de *kitânda*, que significa estrado de bordão entrelaçado que servia de banco, expositor e até de medida, sobretudo para regular a venda de tabaco de corda. Da eliminação do “a” e o acréscimo do sufixo “eira” nasce o termo quitandeira (mulher que negocia em quitanda), como aportuguesamento daquela palavra na língua kimbundu. Nessa versão aportuguesada do termo, vamos encontrar os seguintes significados: mercado; feira; praça; posto de venda de géneros frescos; pequena loja ou barraca de negócios; ou ainda o que em maleta, tabuleiro ou quinda se vende pelas ruas [Ribas 1989: 174].

Em *Quitandas e Quitandeiras de Luanda*, Ana de Sousa Santos [1967: 89] caracteriza as kitandas de Luanda enquanto

instituições de grande significado, que se inscrutam na cultura da sociedade nativa luandense, pois, sendo centros de comércio com influência na economia local, correlativamente atuam como meios estabilizadores da posição social dos vendedores que neles se enquadram. Ademais, para além de serem as vias diretas de acorrerem às necessidades mais instantes do grande público, são um ponto de convergência, que reflete direta e indiretamente diversos aspetos quer da cultura material, quer da espiritual, pois na expressão da sua comunicabilidade dão-nos uma medida de imaginação do grupo, sensibilidade, inteligência, reacções, etc. (...) As «quitandas», quer sejam centrais, de grande movimento comercial, ou pequenas, marginais, meramente de subsistência, são quadros vivos, oferecendo rica matéria para estudos étnicos, religiosos, de vestuário, de civilidade, etc. E, se são um regalo para a vista, pela mutação de colorido e pelo conjunto do material humano, constituem simultaneamente um documento real dos recursos da cozinha nesta zona.

De seguida, a mesma autora faz alusão à figura da quitandeira, realçando o papel social e económico desempenhado por ela na sociedade luandense. Prosseguindo, empreende uma descrição etno-gráfica de um dos mercados mais célebres da época, o Xamavu. Da sua narração ressalta a localização espaço-geográfica do antigo mercado: “No musseque Mota (marginal à estrada que segue em direcção à fábrica de cerveja Cuca (NE), encontra-se o mercado indígena do Xamavu. É, sem dúvida, entre os mercados locais, o que conserva a feição africana mais característica”. A diversidade etno-cultural no seio das quitandeiras, o género de mercadorias comercializadas, as maneiras de arrumar e expor os produtos, os pregões, os rituais de instalação, as indumentárias. Uma atenção especial é dedicada às vendedoras de produtos mágico-religiosos e à sua fluência no falar do kimbundu. Para além de uma tentativa de elencar os produtos comercializados naquele espaço, a autora procede, de igual modo, a uma caracterização tipológica das vendeiras consoante a mercadoria negociada.



Por seu lado, o escritor Óscar Ribas, na sua obra *Missosso*, utiliza o espaço social das kitandas para descrever alguns instantâneos do quotidiano luandense. O mercado do Xamavu é por ele descrito como “um belo teatro de comediantes, sem dispêndio de dinheiro para o espectáculo, desfruta-se um tempo de agradável humorismo. Tudo se goza, desde a heterogeneidade do ambiente ao cachoar do vozeio, desde o natural ao excêntrico, desde a boa índole à perversa [Ribas 1964: 245].

As cenas do quotidiano do mercado, descritas pelo escritor, envolvem as figuras de quitadeiras e seus clientes, num clima de desentendimentos constantes. Dessas cenas, quintadeiras e peixeiras são representadas com o estereótipo de “rabugentas” e “barraqueiras”, ou seja, “mulheres sem papas na língua”.

Este olhar etnográfico sobre as comerciantes de objectos ligados à “tradição” encontramos também em *Mulheres honradas e insubmissas de Angola*. Nesta obra, a ensaísta e romancista Dya Kasembe fala especificamente de uma categoria de quitadeiras que actuam no sector de venda tradicional em Luanda, ou seja, das que trabalham com elementos da tradição e costumes do país e dedicam-se também à venda de produtos de fabrico caseiro, de plantas e raízes medicinais, adornos, bem como de objectos mágico-religiosos ligados às tradições culturais angolanas de matriz africana. No dizer de Dya Kasembe [2005: 113], trata-se daquelas mulheres que passaram a assumir-se como “guardiãs do pouco que restava dos seus costumes tradicionais, quase legendários. Por estarem muito afastados das verdadeiras fontes, começaram por sobreviver do comércio do dia-a-dia, doces para crianças, jipepes, gengibre, cola, erva de parto, óleos de jibóia ou de galinha para reumatismos, enfim um arsenal de pequenos remédios para pequenos males. Mas, sobretudo, ela vendia os seus dons de vidente-kimbandeira”.

Entretanto, dados históricos dão conta da presença de quitadeiras nas ruas de Luanda desde o século XVII, desenvolvendo estas mulheres, desde então, uma forte actividade comercial que as uniam a uma complexa e variada rede de serviços de compra e venda. Já no final do séc. XVIII, fala-se da existência, em Luanda, de grandes feiras e mercados, nomeadamente: mercados dos Coqueiros, Açougue de Peixe, Feira Grande e a Feira do Bungo. Estes mercados foram considerados como instituições de revenda e de distribuição de bens alimentícios, que na sua essência não se diferenciavam dos mercados “nativos” em regiões dominadas por chefes políticos africanos [Venâncio 1996: 38].

Por essa altura, a importância dos produtos comercializados e da actividade praticada por quitadeiras não se devia somente ao facto de fazer parte da cesta básica dos “luandenses”, mas também (ou sobretudo) por constituírem fanel de escravos embarcados para o Brasil. É nesse sentido que o Terreiro Público, instituição criada pelo então Governador Sousa Coutinho para gerir a distribuição de bens alimentares na cidade, surge como uma instituição virada para a economia atlântica, ligando o *hinterland* luandense ao Brasil e, por via deste, à Europa [Venâncio 1996].

A esse respeito e reportando-se às trocas que se deram entre essas duas margens do Atlântico, Pantoja refere que antes de aportarem no Brasil, as “quitandas” eram um fenómeno tipicamente africano, espalhados por todo o continente. Pantoja aborda, também, as ressignificações sofridas pela actividade na sua travessia pelo atlântico:

As kitandas viraram quitandas quando as práticas dessas vendedoras atravessaram o Atlântico a bordo dos navios negreiros. Mas, por aqui, o negócio adquiriu outros contornos. Mulheres negras, escravas, forras e livres armavam seus

tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Minas Gerais, vendendo produtos alimentícios e utilidades para o quotidiano dos habitantes. À primeira vista, já se diferenciavam das angolanas pela diversidade de trajes e adornos. Afinal, o fluxo de pessoas no Brasil colônia era de origem muito diversificada: vinha gente de todas as regiões africanas [Pantoja 2008: 1-3].

Penso não ser excessivo destacar que algumas cidades de Angola tiveram afinidades com as suas congêneres do Brasil e da Ásia, se olharmos para as origens comuns e para o modelo da cidade atlântica de raiz portuguesa. Por esse motivo, será importante assinalar que, por essa altura, as actividades das quitadeiras estão interligadas às actividades principais da economia vigente, na medida em que estas são abastecedoras de alimentos da cidade, junto com a actuação do Estado, do Terreiro Público, e ligadas directamente ao grande negócio do abastecimento dos navios negreiros e aos milhares de escravos que esperavam para serem embarcados e dos que chegavam do sertão, estando desta feita a sua actividade interligada à grande cidade/Porto de Luanda [Pantoja 2000].

Num outro estudo sobre a dimensão atlântica das quitadeiras e reportando-se ao contexto de Luanda, Pantoja [2001] ilustra como a documentação administrativo-colonial sobre o século XIX tem feito escassas referências à actividade das quitadeiras, tornando-as figuras anónimas, uma vez que as referências feitas ao seu respeito são sempre indirectas e ocasionais. Nesse sentido, a desvalorização social desse tipo de serviços pode ser visto pelo lugar secundário que elas ocupam na documentação oficial da época, frequentemente descrito como pequeno, pobre e fedorento.

Nesse contexto, o Senado da Câmara de Luanda passou a expedir licenças com a intenção de disciplinar as quitadeiras na venda do milho, farinha e feijão. Mais adiante, vai se verificar então, uma série de prisões de quitadeiras, alegando-se contravenções às posturas municipais ou, de modo geral, “por venderem produtos pelas ruas sem a respectiva licença” [Pantoja 2001]. Os aspectos referenciados nos trabalhos de Pantoja [2000, 2001], a que temos feito alusão, dizem respeito à regulamentação e restrições a que estavam sujeitas as quitadeiras luandenses revendedoras e, posteriormente, o incremento das disputas entre quitadeiras africanas e emergentes comerciantes europeus por vagas em feiras e mercados. Na medida em que, no período em referência,

a cidade de Luanda toma nova configuração e as quitadeiras tendem a desaparecer do cenário luandense. Sem condições de habitação na cidade, as casas africanas foram se concentrando nos musseques. O mercado ficou para umas poucas que podiam pagar o aluguer do espaço e competir com empresas que passaram a participar do abastecimento da cidade. Foi criado um outro mercado mas em tão precárias condições que teve vida curta [Pantoja 2000: 32]

Com o tempo, as quitandas vão surgindo como uma das faces do musseque, intimamente ligadas ao trabalho feminino de rua, onde ressaltam as figuras da lavadeira e da quitadeira.³ Já neste contexto, as quitadeiras, artesãos e outros africanos haviam sido transferidos para os musseques, onde

•
3. Porém, torna-se necessário pontualizar que, no contexto que estamos a analisar, não beneficiavam somente das atividades dessas mulheres as populações de baixo poder aquisitivo, uma vez que uma parte considerável destas exercia o trabalho em “áreas nobres de Luanda”, possuindo uma vasta clientela pertencente aos estratos sociais mais privilegiados da estrutura social da época.

passaram a exercer as suas atividades, transitando entre a “cidade branca” e a “cidade negra”, ou melhor, entre o asfalto e os musseques.

Nesse sentido, o poder público passou a demandar uma serie de ações no intuito de controlar e regulamentar as feiras livres de Luanda. A construção de mercados foi uma das estratégias para eliminar as feiras livres. O seu objectivo era, a curto e médio prazo, liquidar as feiras livres ou submetê-las a seu controle. Era fundamental, dentro da construção do urbanismo progressista, disciplinar e controlar os locais que não obedeciam às regras e estavam completamente sob domínio popular.

Deste modo, os espaços das feiras livres, que antes estavam sobre o controle popular agora passam à acção disciplinar dos mercados e do poder público municipal. No espaço popular onde, as regras sociais não eram a da racionalidade económica capitalista houve embates às determinações do poder público. As actividades mercantes exercidas no espaço público passam deste modo, a representar um factor de conflito entre comerciantes e o poder público. A rua passa a representar um espaço de inclusão/exclusão e consequentemente de hierarquização social.

Dentre as várias desvirtualidades da colonização europeia, a tentativa de coisificação da imagem das mulheres africanas afigura-se como um dos legados mais cruéis. A exploração racial e opressão política colocaram as mulheres numa situação de subordinação tripla em função do género, classe e raça. Ainda assim, quer perdendo privilégios, estatuto social e os seus poderes materiais e simbólicos ora transformando e reinventando os papéis que lhe estavam atribuídos, as mulheres quitadeiras jamais baixaram a guarda. Fica em evidência que as mulheres têm estado presentes activamente em diferentes momentos da história da África, aprendendo e desenvolvendo as suas aspirações no sentido de uma vida mais solidária e de respeito por todos os outros [Casimiro 2004].

Boaventura Cardoso [1982], num conto intitulado “Nga Fefa Kajinvunda”, narra cenas quotidianas do antigo mercado do Xamavu e do musseque do Sambizanga. Nessa estória ressalta a personagem de Nga Fefa, quitadeira do Xamavu, e introduz-nos no contexto de Luanda colonial, onde a mulher quitadeira lutava para se afirmar, mesmo que isso implicasse desafiar as hierarquias da estrutura social da época. A par disso, as quitadeiras são também apresentadas como mulheres fortes, de punho, responentas, que não temem em desafiar a ordem social imposta. Muitas cenas retratam a riqueza dos falares populares, as pequenas contestações quotidianas como o enfrentamento aos fiscais e a recusa de maus-tratos por parte das “mulheres da Baixa”, de acordo com a narração do autor:

Nos kimbundos delas escondiam toda a fúria contra o colonialismo que não podiam falar na língua da senhora abertamente. Anos de opressão se transformavam em liberdade nas falas kimbundas [Cardoso 1982: 47]

Na mesma esteira, em “Literatura, história e identidade de Angola”, Macedo [2006] analisa o mercado enquanto espaço social importante do quotidiano de Luanda, presente na literatura produzida nas décadas de 1940 e 1990. O que nos interessa aqui reter do referido trabalho é a forma como Macedo espelha as mudanças na representação deste espaço social nos diferentes períodos da história angolana. Segundo a referida estudiosa, se primeiro (1940) a sua representação no imaginário luandense está associada à tradição (de feitiço e da resistência nacionalista), no período posterior (1990) a ênfase

desloca-se para a questão da luta pela sobrevivência num ambiente hostil onde a luta contra a miséria e a fome se intensifica [Macedo 2006]. Deste modo, de acordo com a autora:

O mercado surge como o espaço da degradação das regras sociais, da desordem e dos vícios e, sob esse particular, um símbolo daquilo em que se transformou o projecto utópico pelo qual lutaram os artífices da independência do país (...) Forte crítica à Angola actual muito, especialmente aos dirigentes e o partido no poder, desenhando um mundo de desilusão e decadência. Nesse cenário, o mercado torna-se “o modelo, o modo de vida” de toda a sociedade e dos males que a atingem (...) Tornando-o símbolo de corrupção e das mazelas que assolam o país. Nesse sentido, o espaço do mercado popular, que fora focalizado na literatura angolana dos anos 1970, 1980 e 1990 como local do trabalho honesto, das quitandeiras, ou seja, das mães dignas de todo o respeito, torna-se o local de burla, do roubo, da desordem – em consonância com as mudanças que a sociedade sofreu ao longo desse tempo – indiciando o desalento dos artífices do projecto que levou o país à independência, 1975 [Macedo 2006: 50-54].

É, pois sobre esse contexto actual, que nos iremos debruçar na próxima secção, começando por apresentar um panorama geral do contexto histórico em análise.

Das kandongas e esquemas aos arreiôs

No actual contexto de Luanda, a amplitude e as dimensões tomadas pelas actividades comerciais de rua têm sido são apresentadas como consequência dos efeitos e factores provocados pela situação de conflito armado, pela crise social e económica [cf. Carvalho 2002, 1997; Instituto 1996] e pela urbanização acelerada [cf. Rodrigues 2005, 2003] que o país atravessou e as suas repercussões e, a um nível mais global, as transformações do papel assistencialista do Estado e das reconfigurações verificadas no mercado de trabalho [cf. Nzatuzola 2006, Rodrigues 2006, Van-Dúnem 2004].

A sociedade angolana independente passou por um processo de profundas alterações na situação política e socioeconómica do país, como resultado de três tipos de transição que ocorreram em simultâneo: i) a transição de um regime político monopartidário para um regime democrático pluralista; ii) a transição de uma economia de planificação centralizada para uma de mercado; iii) a transição de um período de guerra para outro de paz, o que pressupõe uma reorientação do processo de planificação política de situação de emergência para outra de desenvolvimento de longo prazo [Instituto 2006].

As circunstâncias em que se deu a independência do país, em 1975, determinaram profundas alterações no modelo político-económico de Angola. O comércio interno, pela instauração de um monopólio de Estado⁴, passou a garantir o abastecimento das populações através de empresas estatais grossistas e retalhistas [Rodrigues 2006]. Nesse período, o sistema de preços deixa de traduzir os custos reais de produção e a escassez relativa dos recursos e produtos, as unidades industriais enfrentam

•

4. De salientar que esse processo de estatização das economias foi semelhante em quase todas as ex-colónias portuguesas em África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

problemas diários de elaboração, decorrentes de paralisações, cortes de energia, falta de matérias-primas, ausência de enquadramento técnico e gestão. A escassez de produtos, os seus racionamentos e distribuição centralizada, associados a um crescimento acelerado da população e ao esvaziamento progressivo do poder de compra dos salários da função pública, reflectiram-se rapidamente na procura desses bens [Rocha 1986]. A busca por obtenção de rendimentos adicionais nos “mercados paralelos”, em particular nos que começavam a surgir, nos últimos anos da década de 70, nos bairros periféricos, foi a tentativa para responder à demanda da população. A essa altura, como aponta o *Jornal de Angola* do dia 26 Julho de 1987, assistia-se ao:

aparecimento de praças paralelas, em algumas áreas da capital, com nomes viajados do outro lado do Atlântico, por exemplo, o chamado “Roque Santeiro”. O maior espanto consiste em saber como, por quem, são abastecidos com tanta coisa de lá de fora, em quantidades invejáveis. De tudo um pouco existe, tanto no Cala-Boca como no Roque Santeiro com maior expoente para o último neste momento, não esquecendo algumas sucursais que estão a ser “promovidas”, como uma delas a da Calemba [*Jornal de Angola*, 26/07/87]

Em função desta resposta popular, importa referir que a reacção da população não se limitou apenas à explosão de novos mercados, mas também a uma série de “estratagemas” como o recurso à pluriactividade, geralmente uma no funcionalismo público e outra no sector não oficial do mercado de trabalho [cf. Carvalho 2002]. Tais “esquemas”⁵ encontraram cumplicidade dentro das instituições do Estado. Parece ser nesta época que, na ausência de um diálogo entre Estado e cidadão, se incrementam as intermediações com o poder público, que resulta no aumento do tráfico de influências: expressos na figura dos “padrinhos”⁶, na existência dos “corredores” ou na prática da “gasosa” [cf. Carvalho 2002]. Deste modo, verificam-se dois movimentos distintos da emergência de empresários nacionais em Angola: 1) aqueles que provêm do sector informal, basicamente no comércio e na agricultura; 2) os que provêm da administração pública ou do sector estatal, em vias de privatização num sentido “de cima para baixo”, ao invés do anterior [Murteira 1995].

Perante o incremento das práticas económicas designadas por “paralelas”, vamos assistir a uma atitude de reacção repressiva por parte das autoridades públicas e, à medida que se acentuava a crise económico-social e se configuravam os elementos potenciais de uma explosão social de consequências imprevisíveis, impõe-se a necessidade de se ter em conta o fenómeno “mercado paralelo” e de tentar contê-lo.

Adoptando um tom agressivo, declara-se em finais da década de 80 guerra a essas práticas económicas apelidadas por kandonga⁷ ou “Processo 500”:

•

5. O termo entrou para o vocábulo da língua portuguesa em Angola como capacidade de criar certas estratégias de solução de problemas no geral relativos à sobrevivência e, com o tempo, ligados a actos de corrupção.
6. No contexto angolano, figura influente que abre corredores, aquele que presta tráfico de influências.
7. Trata-se de um termo que entra no vocábulo do português falado em Angola para designar o negócio ilícito e clandestino enquanto fonte de rendimento, enriquecimento ou especulação no mercado paralelo ou comércio de rua. Nesse sentido, é kandongueiro o sujeito que exerce uma actividade à margem da lei. Inicialmente aplicada a todo tipo de actividades paralelas que se começaram a multiplicar no final dos anos 70, no quadro da economia centralizada de matriz socialista, a designação acabou recentemente por ficar confinada aos operadores envolvidos no transporte não oficial de passageiros e mercadorias. Actualmente e apenas neste último caso, verifica-se uma tendência para substituir o termo kandongueiro por taxista.

O processo 500 foi já longe demais; pois tal comportamento, que não se coaduna com o que pretendemos que seja a nossa sociedade, ganhou proporções tão grandes que certamente só com um conjugar de esforços a nível superior, será possível seu combate. Que desde já o processo 500 seja agendado no quadro das prioridades como uma direcção de combate a considerar, é preciso, é imperioso que se mova uma acção eficaz de desencorajamento contra todos os indivíduos que alimentam os mercados paralelos a partir das portas da Loja Franca, sancionando todos os que, ostensivamente, se manifestam contrários às leis vigentes na República Popular de Angola [Jornal de Angola, 13/02/87]

Assevera-se que esse processo de integração da economia angolana no mercado global, particularmente no quadro da transição para o multipartidarismo nos anos 90, reforçou a desigualdade de género no mercado de trabalho. Três factores centrais são apresentados como causas de tal desigualdade: 1) a migração de grande parte das famílias da área rural para a capital do país devido à guerra civil; 2) a instabilidade do quadro económico na passagem da primeira república para segunda república; 3) a negligência do governo em relação a políticas públicas que de alguma forma protegessem as mulheres dos efeitos da transição económica e das transformações daí decorrentes para o mercado de trabalho [Pereira 2005].

A título de exemplo, um estudo realizado pelo INE [Instituto 2003] estimava que os gastos com o sector da educação representavam apenas 4.7% das despesas orçamentais totais em Angola. Da população entrevistada, apenas 54% das mulheres sabiam ler e escrever, em contraste com 82% de homens, o que significa que os homens teriam 50% maior probabilidade de serem alfabetizados. Segundo o relatório em referência, os efeitos da pobreza nas discrepâncias de género parecem indicar que os agregados familiares tendem a dar prioridade à educação dos rapazes. Na medida em que, quando não existem recursos suficientes para enviar para a escola todos os membros do agregado, parece ser as raparigas as privadas de frequentar o ensino e, em grande parte dos casos, de serem mobilizadas para exercerem algum tipo de negócio para captação de recursos para o sustento da família. Nas áreas urbanas, o índice de Gini de desigualdade aumentou de 0,45 em 1994/95 para 0,5 em 2001.

O rápido aumento das populações nos centros urbanos, agravado pelos grandes fluxos de deslocados [cf. Robson & Roque 2000] e pelo crescimento bastante lento das oportunidades de emprego, e os salários pouco atractivos do mercado de trabalho, aliado a uma tradição das populações ligadas as actividades comerciais, fizeram de Luanda o maior canteiro de alternativas de sobrevivência [cf. Fernandes 1999, Vletter 2002], estimulando a criatividade das populações que tiveram de criar e inventar empregos para si próprios. Esse acentuado incremento das actividades comerciais de rua tornou ainda mais notória a presença das mulheres nesse tipo de actividade, sendo actualmente apontada como a principal categoria social fornecedora de mão-de-obra ao referido sector. Na procura de alternativas de sobrevivência, as mulheres destacam-se enquanto maioria, estando inseridas nos mais variados sectores dessa actividade.

Os resultados de um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD 2000], denominado "Políticas de Redução da Pobreza. Procurando a Equidade e a Eficiência", confirmam a existência da maioria de mulheres no mercado informal de trabalho. Do grupo entrevistado, 47% das mulheres trabalhavam neste sector, em comparação com 27% dos homens. A pesquisa

constatou ainda que mais de metade dos adultos urbanos economicamente activos trabalhavam no mercado informal de trabalho. Como percentagem da população adulta (entre 15 e 60 anos), 37% trabalhavam em actividades informais, 35% trabalhavam no sector público e no sector formal, ao passo que 28% eram ou não estudantes. Já em 2002, estimava-se que as mulheres ocupavam 63,5% dos empregos no mercado informal e 33% no formal [Agência 2006].

Na actualidade do contexto de Luanda, uma área de grande concentração de comércio de rua ficou conhecida popularmente por “arreiô”. Este termo é usado comumente pelas mulheres comerciantes ambulantes, para anunciarem a baixa de preços de venda nesses locais. Esta prática constitui também uma forma de concorrência entre as vendedoras ambulantes. Os arreiôs agregam práticas de venda bastante diversificadas, que vão desde produtos globais como a venda de roupas, utensílios de casa, bolsas, calçados, electrodomésticos, material escolar, acessórios de beleza para senhoras, artigos de perfumaria, cosméticos, CDs e DVDs pirateados (para citar apenas algumas). De outro lado, verifica-se um comércio de comida de rua, de câmbio de divisas, serviços de transporte de mercadorias, comércio de raízes afrodisíacas, fardos de roupa usada, serviços das tranças e acessórios de viaturas. Também fazem parte da lista a venda de água, refrigerantes, cerveja, whisky, bem como uma forte comercialização de alimentos dentre os quais coxas de frango, peixe e carnes.

No contexto luandense, os “arreiôs” constituem verdadeiros shoppings populares. Algumas das principais características desses espaços são a falta de saneamento básico, a acumulação de lixo provocada pela intensa movimentação comercial e a insegurança dos seus operadores, fruto das acções de meliantes e todo o tipo de excessos cometidos por agentes de fiscalização do Governo da Província de Luanda.

Uma outra característica desses espaços diz respeito ao facto do comércio de rua ser exercido predominantemente por mulheres. As mulheres são aos milhares, deambulando de um lado para o outro, da estrada ao asfalto e vice-versa, é quase impossível transitar por estas paragens e não esbarrar-se numa vendedora a oferecer os produtos que comercializam, quer se esteja a pé ou de viatura. Em datas festivas como Carnaval, 14 de Fevereiro, 25 de Dezembro e passagem de ano, os produtos de época alteram o cenário destes espaços. Na prática, os vendedores ambulantes tornam-se os principais redistribuidores de mercadorias e, conseqüentemente, os principais formadores de hábitos de consumo entre os luandenses. São eles quem se encarrega da distribuição dessas mercadorias para os consumidores, influenciando as suas práticas de consumo. E são eles que se encarregam de proliferar aquilo que está na moda, o que está em alta, ou seja, o que “está a bater”, usando a gíria luandense.

As observações efectuadas mostram como esses espaços vão adquirindo cada vez mais uma configuração cosmopolita que, de certa forma, tem implicado reajustes constantes, como a actualização das técnicas de venda ou a introdução da prática de venda por consignação. É notória nesses espaços a presença de comerciantes provenientes de outras partes do globo, dentre os quais destacamos uma presença marcante de indivíduos provenientes do Mali, Costa do Marfim, Guiné Conakry, República Democrática do Congo e China.⁸ A título de exemplo, assiste-se ao aparecimento de vendedores

8. A configuração do comércio de rua nesses arreiôs começa a mudar com o aparecimento dos primeiros “armazéns dos senegaleses”, assim apelidados por vendedores, moradores e compradores.

ambulantes de origem asiática que, com as suas técnicas e conhecida perícia nos negócios, fazem frente aos nacionais comerciantes ambulantes.

O surgimento das cantinas veio, de certa forma, estimular a competição entre comerciantes (documentados e não documentados). Nestes casos, os concorrentes dos ambulantes, na sua maioria cidadãos estrangeiros com maior capital e outros horizontes empresariais e com maior possibilidade de negociação com as entidades públicas, passam a dianteira às comerciantes locais.⁹

Nesse cenário, a predominância de mulheres angolanas tende agora a mudar com a entrada massiva de comerciantes do sexo masculino de outras nacionalidades. Durante a realização da pesquisa de campo procurei saber junto das nossas interlocutoras como elas encaravam essa concorrência com os “novos inquilinos” desses espaços, e de que maneira esta presença afectava os seus negócios. Em resposta, uma das comerciantes disse o seguinte:

O negócio que nós vendemos é o mesmo. Mas nós vendemos mais assim do Brasil, eles vendem mais da Tailândia. E quando você vê que ele também comprou roupa do Brasil, você vê que não está a andar, ou eles estão a arriar, então nós discutimos com eles e lhes corremos. Ou eles sobem o preço ou vendem num lado e nós vendemos noutra [vendedora de roupa, arreio do Hoji ya Henda, Luanda].

Embora grande parte das comerciantes locais com quem conversámos dissesse que a convivência com os seus “concorrentes” era amena, foi comum ouvir frases como: “*Eu vou te dizer uma coisa: langa¹⁰ é pessoa que Deus não podia fazer*”, “*Langa não tem coração*”, “*Cada pessoa com o coração dele. Eu não converso com os senê¹¹*”.

Esses espaços de comércio de rua albergam de igual modo, homens e mulheres de diferentes idades, provenientes das diferentes regiões do país que, não obstante estarem distantes das suas zonas de origem, procuram manter um vínculo afectivo com a sua terra. Isso faz-se através da associação com pessoas originárias da mesma região, mediante a criação de redes de vizinhanças com base no parentesco, com pessoas provenientes do mesmo espaço sociocultural, manutenção dos hábitos alimentares e o falar a língua do grupo etnolinguístico de origem parecem ser as formas mais evidentes de manifestação de laços de solidariedade étnica.

É visível a predominância de mulheres provenientes da região Centro-Sul do país, na venda de produtos agrícolas. Essas senhoras, quando necessário, mobilizam os seus “saberes locais”, os conhecimentos adquiridos dentro dos seus grupos de pertença, experiências de vida, conhecimentos ancestrais, potenciando-os como estratégias para o mercado. A título de exemplo, as vendedoras de produtos hortícolas são, em grande medida, mulheres originárias de áreas rurais que de certa forma estiveram

•

9. Entretanto, a presença dos estrangeiros, vindos de outros lugares do continente africano, bem como dos oriundos de outras partes do globo, tem sido responsável por muitas das dinâmicas e inovações verificadas no comércio de rua em Luanda, na medida em que trazem as suas experiências empresariais, inovações tecnológicas e técnicas de venda.

10. Modo pejorativo como são chamados e conhecidos os imigrantes do Congo Democrático em Luanda e em Angola de modo geral.

11. Alusão a senegaleses. Tratamentos de índole pejorativa como “langas”; “benguelense”; “bailundo de merda” foram observados quer entre comerciantes, quer a nível da interacção com a clientela. Algumas cenas presenciadas levam a corroborar a ideia de que, como acontece em vários outros contextos, entre os angolanos a convivência entre as diferentes identidades sociais e étnicas nem sempre é pacífica.

ligadas, nas suas zonas de origem, à prática da agricultura de subsistência. Muitas são filhas de pequenos agricultores, como nos confidenciou uma delas: “*Esse negócio de verdura você só encontra mais nos Sulanos. As nossas mães e os nossos pais eram camponeses*”.

No interior desse grupo, existe uma solidariedade muito característica. A primeira evidência desse fenómeno prende-se com o facto da comunicação ser feita na língua nacional falada na região de origem, neste caso em umbundu. Outra forma é a agregação dos vendedores em pequenos núcleos de redes de parentesco e consideração, juntos na comercialização dos seus produtos. Quer se trate de homens ou mulheres, carregadores, zungueiras, saqueiros. Expressões como: “*Nós aqui somos todos Sulanos. Somos já família, aqui já não há mais só amigos*”. Essa camaradagem vai, em certos momentos, estruturar a especialização dentro dos espaços de venda. Embora não se trate de uma prática homogênea, verificou-se uma tendência de algumas senhoras se concentrarem nos espaços de venda a partir de laços étnicos, vizinhança e parentesco. Isso pode estar associado às redes familiares de venda e à forma como se inserem nos espaços de comércio. Pelo que alguns estudos indicam, em tempos idos parece ter existido essa agregação de vendedoras segundo a proveniência étnica [cf. Santos 1967]. Esta questão ficou patente, na resposta de uma das nossas interlocutoras quando se referia às actuais vendedoras de raízes medicinais e afrodisíacas:

Antigamente, que estavam a fazer este negócio, eram as senhoras de Luanda, Malange e Catete. Agora são já as langas que estão a vender estes negócios, agora é já zairense. Muita gente que vendia, agora já deixou de vender. Aquelas outras viram que este negócio está andar e seguraram este negócio para começar a vender [comerciante sexagenária, arredores do mercado da Asa Branca, Cazenga].

Pode-se também inferir que essa heterogeneidade de proveniências tem vindo a acrescentar novos elementos às identidades individuais e que, portanto, do mesmo modo em que se verificam manifestações de etnicidade, também ressalta o sentimento nacional. Ao mesmo tempo em que se recorre às identidades étnicas, também se evidencia uma vontade de coabitar com os outros na diversidade, estar com os outros. Foi o que ficou patente nos depoimentos acerca da convivência entre comerciantes vindos das diferentes regiões do país: “*Somos todos angolanos: luandenses, benguelenses, malanjinos. Nós todos somos angolanos. Por isso, eu quem vou decidir onde eu estou, se vou ficar lá dois meses ou um ou dois anos*.” [Roboteiro, arredores do mercado dos Congolenses, Luanda].

Quer no decorrer da venda, quer as interações que sucedem no interior dos grupos de vendedoras, quer entre a vizinhança nos bairros onde estão instaladas, está presente o contacto entre os vários grupos etnolinguísticos: “*Sim, tem tudo aqui: do Uíge, tem malanjino, tem de Catete, tem todos mesmo, é se misturar. Se damos mesmo com outras pessoas. Não há problema, somos todos irmãos*”. [Zungueira, arredores do mercado dos Congolenses, Bairro do Rangel, Luanda].¹²

•

12. A aproximação de mulheres pertencentes a diferentes grupos etnolinguísticos permite a criação das redes de solidariedade social. Um exemplo é a constituição dos grupos de kixikila, que é praticada por mulheres provenientes de diferentes regiões do país. Este aspecto foi também realçado num estudo elaborado pela Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente [ADRA 1997] sob o título *O perfil da mulher angolana no desenvolvimento*. Segundo o referido estudo, um dos resultados não antecipados da deslocação em Angola é a sua contribuição para a “destribalização” do país. Visto que, pelo país fora, se encontram pessoas de todas as regiões e de todos os grupos étnicos.

No que concerne à configuração desses espaços de comércio, observa-se a existência de uma segmentação das actividades comerciais por género e idade. Embora em algumas actividades esta delimitação não esteja bem patente, torna-se um aspecto importante e digno de realce. Verificou-se uma especialização de mulheres em actividades como o comércio de alimentos, a troca de divisas, serviço de beleza, a venda de bebidas e artigos de uso doméstico, entre outros. Já os indivíduos do sexo masculino são mais visíveis em actividades como a venda de acessórios automóveis, mobiliário, artigos de consumo doméstico, transporte de mercadorias, serviço de lavagem, estacionamento e segurança de carros, só para citar algumas.

Pensamos que tal estratificação, embora não seja rigorosa, prende-se com a própria complexidade característica de cada actividade, sendo que umas exigem mais experiência, outras requerem maior esforço físico e outras mesmo requerem maior dinamismo e mobilidade. Com o objectivo de inferir as opiniões das nossas interlocutoras acerca desta segmentação das actividades por género, solicitamos que expusessem suas opiniões acerca da presença masculina no comércio de rua e qual seriam, na opinião delas, as actividades mais comuns das mulheres e dos homens. A esse respeito, Tia Josefa respondeu o seguinte:

Está mal, está mal. O homem coisa dele é mesmo só trabalhar nas empresas. Há homens que zungam roupas lá na baixa, aqueles papás mesmo, a venderem coisinhas na baixa. É sofrimento ou não? Um homem grande que dá para trabalhar? Negócio dos homens é vender pastas, mala, rádios. As mulheres também são outros negócios água, zungar água; vender tomate mesmo na zunga; fuba mesmo na zunga; coxas de frango. Antigamente, o homem trabalhava, a mulher mesmo que não tem esperava lá em casa o marido trazer qualquer coisa, o homem só diz: “toma”. Mas agora já não está a existir isso, é mulher no mercado, marido também no mercado. O homem a vender ali, a mulher a vender aqui. É isso que nós estamos a ver. Às vezes, você a vir aqui a sofrer, o marido a vir beber o kaporroto dele. Antes não, antes estivemos a esperar o papá vir nos trazer as coisas em casa. Não é tanto assim como passar o dia aqui no sol. Estamos a passar o dia na poeira, sofrimento, o sol [Tia Josefa, arredores do Mercado da Asa Branca, Cazenga, Luanda].

O relato da nossa interlocutora, ao mesmo tempo em que corrobora um ideal da tradicional segmentação das actividades por género, onde existe pouca flexibilidade na demarcação dos papéis de género e, consequentemente, aquilo que seria “negócio de homem” ou “negócio de mulher”. A sua opinião também indica que os tempos são outros. E que o homem já não é necessariamente o principal provedor de recursos para a manutenção da sua família e que, na verdade, de certa forma vai perdendo esse status dentro do núcleo familiar. Enquanto isso, os rendimentos das mulheres constituem cada vez mais o suporte orçamental dos agregados. Torna-se impossível, hoje, dissociar a análise das relações de género e de família, pois os dois conceitos estão interligados, sendo as mudanças em umas estão ligadas às mudanças na outra, e estando ambos sujeitos à força das mudanças sociais.

De outro modo, parece que a busca pela inclusão social tem originado um relativo deslocamento com a tradicional estratificação sexual das actividades informais, criando um deslocamento de tradicionais papéis de género. Na busca pela satisfação dos anseios pessoais, os comerciantes evidenciam um grande potencial criativo que extrapola esta habitual estratificação. Desta feita, actividades

até então “femininas” ou “masculinas” passaram a ser vistas como lucrativas, o que faz com que tanto homens como mulheres entrem para o mercado rompendo com os tradicionais papéis de género.

Tendo em atenção esse cenário, para uma melhor compreensão acerca da vivência de mulheres que se movem nestes contextos, torna-se necessário incluir a perspectiva das relações de género nessas análises. É que a categoria *género* representa uma possibilidade analítica que serve como suporte teórico para analisar e desconstruir desigualdades que nele se originam e que mudam no tempo conforme os contextos socioeconómicos e culturais [Grassi 2003: 255]. Os estudos de género enfatizam as relações de género nas suas várias dimensões, relações entre mulheres, entre mulheres e homens, entre homens e homens, entre cada um destes grupos e as instituições sociais, que variam entre diferentes tempos e grupos sociais, uma vez que não há nada biológico que determine como serão elaboradas as divisões sociais [Borges 2000: 52].

A título de exemplo, os estudos de Ducados [2002, 2004], dentre outros aspectos, têm chamado à atenção para o facto dos rendimentos das mulheres que se encontram no sector informal da economia começaram a causar um sério conflito cultural, pondo em causa a capacidades dos homens de ganhar rendimentos e o papel tradicional dos dois sexos na família. Na opinião dessa autora, a guerra e o seu impacto social contribuíram para o aumento do fardo de trabalho das mulheres, na medida em que, estas têm assumido uma maior responsabilidade pelas actividades desenvolvidas tradicionalmente pelos homens como a provisão do lar, disciplina dos filhos, construção e reparação de casas, contacto com os líderes comunitários e cumprimento de obrigações sociais e religiosas¹³.

Na mesma perspectiva, num estudo intitulado *Estratégias femininas entre as Bideiras de Bissau*, Manuela Borges [2000] analisa as práticas quotidianas de um grupo de mulheres que comercializam peixe na Guiné-Bissau. O trabalho fala de um grupo de mulheres guineenses, que não obstante a pobreza e os limites de educação e emprego que a sociedade e os homens lhes reservam, elaboram estratégias marginais e ambíguas para sobreviverem e promoverem a sua mobilidade social, ou a dos filhos. Neste trabalho, de carácter antropológico, as bideiras são analisadas enquanto atores e catalisadoras da mudança social, tendo em consideração o sistema de relações de género, baseado na construção social das hierarquias, e instituições de poderes diferenciais entre homens e mulheres [Borges 2000: 39-55].

Num estudo similar, mas reportando para o contexto moçambicano, Sónia Frias [2008] analisa as actividades de um grupo de comerciantes de produtos alimentares na cidade de Maputo. O estudo ressalta como estas mulheres, em tempo de crise, souberam converter o conjunto rotineiro de saberes e competências domésticas em factores criativos e competentes de intervenção na luta contra a pobreza. Deste modo:

13. Cf. Mário Adauta *Contribuições para o Conhecimento do Sector Informal de Luanda*, Luanda, 1998; Henda Ducados “Género, Raça e Classe – A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda”, comunicação apresentada ao I Simpósio Internacional *O Desafio da Diferença. Articulando Género, Raça e Classe*, Salvador, 2000; Henda Ducados *Gender relations in the informal fish trading in peri-urban Luanda*, Dissertação de Mestrado no Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton; Carlos Lopes “As mulheres na economia urbana de Luanda. Subalternidade, discriminação e mudança”, *Revista Angolana de Sociologia*, nº 1, pp.105-120, 2008; Carlos Lopes “Luanda Cidade Informal? Estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto”, comunicação apresentada ao IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, 2000; Mariquinhas das Dores Baptista *A inserção dos portadores de deficiência visual no mercado de trabalho em Luanda*, Trabalho de Licenciatura no ISCED de Luanda da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2005; Ilídio do Amaral “Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana”, *Finisterra*, XI, nº 79, pp. 53-72, 2005; Sílvio de Almeida C. Filho “Angola: vivências femininas de uma guerra sem fim”, comunicação ao Simpósio Internacional: *O Desafio da Diferença. Articulando Género, Raça e Classe*, Salvador, 2000.

Num número crescente de casos, em Maputo, uma substancial fatia dos rendimentos familiares são hoje garantidos pelas mulheres, dado que o desemprego masculino e os salários muitos baixos não permitem que os homens, que apesar de tudo continuam estatisticamente a constituir o maior número de indivíduos com empregos formais, continuem de facto a chefiar, em termos económicos e decisórios o agregado familiar [Frias 2008: 46]

Um dos argumentos do estudo é que a economia informal foi uma semente de mudança no que se refere às questões relativas aos lugares sociais das mulheres, mas o ambiente urbano foi mais do que isso, foi o terreno especialmente adequado à frutificação e desenvolvimento dessa semente [Frias 2008].

De um modo geral, desses estudos ressalta o facto de como essa inserção das mulheres no mercado de trabalho, em muitos casos, tem sido realizada à revelia dos papéis tradicionais e culturalmente tidos como parte integrante das competências femininas.

Kínguilar e Zungar: duas práticas comerciais de rua

Durante a incursão por esses espaços foram efectuadas entrevistas e conversas informais com duas categorias de comerciantes de rua.¹⁴ O primeiro grupo é constituído pelas cambistas de rua, habitualmente denominadas por kínguilas. Pelo que consta, esta palavra provém da língua kimbundu, significando esperar, estar à espera ou à espera de algo. A expressão passou a ser usada pelos luandenses para identificar as mulheres engajadas no comércio informal de divisas. O facto de estas cambistas se estabelecerem preferencialmente nas esquinas da cidade, nas ombeiras e entradas dos prédios ou nas imediações dos mercados municipais e aglomerações de comércio de rua, fez com que passassem a ser designadas por kínguilas, ou seja, “as que esperam”.

As kínguilas encontram-se espalhadas por quase todos os bairros de Luanda. No exercício da sua actividade, procuram estabelecer-se nos lugares mais movimentados ou nos locais onde seja possível estacionar o carro com facilidade. Geralmente sentadas, em cadeiras ou bancos improvisados, agitam enormes maços de notas de kwanzas e, mais recentemente, cartões telefónicos, tendo frequentemente ao seu lado um tabuleiro contendo anéis, brincos e correntes em ouro.

A sua presença no quotidiano luandense dificilmente passa despercebida, quanto mais não seja pelo comportamento característico no sentido de chamar à atenção da sua clientela: a onomatopeia “Pssiiiiu” é geralmente acompanhada pelo gesto de roçar o polegar pelo indicador, simbolizando a disponibilidade para a troca de moeda [Lopes 2006]. Os seus clientes vão desde o cidadão comum aos grandes empresários. Sendo estes últimos os que fazem os maiores movimentos.

Abordando a forma como a sua actividade é encarada pela sociedade, Domingas (uma das entrevistadas) afirma que não é bem vista, sendo frequentemente encarada com suspeita e chantageada

•

14. No decorrer da pesquisa de campo, foram entrevistadas 33 comerciantes. O grupo pesquisado possui uma idade mínima de 20 anos, ao passo que idade máxima é de 60 anos, sendo a média de idade de 32 anos.

pelos agentes da fiscalização. A forma suspeita como são encaradas (e consequentemente combatidas) constitui o grande obstáculo que encontram no exercício da profissão. Em contraste, segundo nossa interlocutora, o cidadão comum as encara como uma forma de ganha-pão, pois é a elas que recorrem sempre que necessitam de “trocar”. Domingas dedica-se unicamente à actividade de câmbio. Todos os dias sai de casa às sete horas da manhã e regressa às três da tarde. Segundo ela, o seu horário de trabalho é baseado no horário da função pública.

O dólar norte-americano é a moeda estrangeira mais movimentada pelos cambistas de rua. Durante muito tempo e em consequência da constante desvalorização do kwanza, o dólar é utilizado como padrão de valores e, em menor escala, como meio de pagamento em muitos locais de venda de bens e serviços de Luanda. Existem locais onde os preços estão fixados em moeda angolana, mas a moeda de referência é geralmente o dólar. Seria importante acentuar que o surgimento da actividade é consequência da inflação que se tem verificado [cf. Carvalho 2002]. Entretanto, o processo inflacionário por si só não a justifica, isso se tivermos em consideração o facto de não ser um factor neutro. Há sempre um grupo que ganha fortuna com ela, e neste caso a especulação financeira tem possibilitado a criação de fortunas. As kinguilas são apenas uma parte da rede, talvez a mais visível.

Num segundo grupo, temos as vendeiras ambulantes, apelidadas por zungueiras. O termo *zungueiro* tem a sua origem etimológica na palavra *zunga*, outra expressão da língua nacional kimbundu que literalmente traduzida para o português significa circular, andar à volta, girar. Trata-se de um jargão utilizado pelos luandenses para designar os comerciantes de rua, particularmente os vendedores ambulantes. Falar da presença de mulheres, zunga e zungueiros tornou-se marcante no quotidiano de Luanda, sobretudo pelos fluxos de vendedores ambulantes verificados a partir de 1992, que vão também reactivar a velha tradição de cantar e poetizar o quotidiano da mulher vendeira luandense.¹⁵

No que concerne à origem da prática da *zunga*, procurou-se captar depoimentos referentes às origens da actividade. Sobre o assunto, as comerciantes veteranas revelam que não se trata de uma prática totalmente nova, embora reconheçam a contemporaneidade da denominação zungueira:

Eu, por exemplo, o negócio que iniciei com ele é de passar com os ovos na zunga, ainda no tempo do colono. Vendia banana na zunga nas senhoras brancas. Zunguei, zunguei com as bananas, depois quando começaram a abrir estas praças, depois quando vi que as outras estavam a vender fuba, também comecei a vender fuba. Naquele tempo já havia zunga, só que ainda não lhe chamavam zungueiras. Naquele tempo do colono, as pessoas na zunga vendiam só banana, maçã, pêra, abacaxi, estes negócios de fruta [comerciante sexagenária, arredores do mercado da Asa Branca, Cazenga, Luanda].

No exercício diário da sua actividade, as “zungueiras” caminham à volta dos mercados e estradas, ou ainda vendem de porta em porta, em instituições públicas, com seus produtos em cestos, banheiras ou simplesmente nas mãos. O facto dessa categoria ser apresentada como um dos segmentos com menor status socioeconómico dentro das actividades comerciais de rua pode ser questionado, na medida em

15. Para uma caracterização mais detalhada destas duas actividades (kinguila e zungueira), ver Carlos Lopes. “Kandongueiros, Kinguilas, Roboteiros e Zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda”, *Lusotopie*, XIII (1), 2006, pp. 163-183.

que na actualidade, pelo seu dinamismo, muitas das zungueiras conseguem obter diariamente um rendimento superior ou idêntico aos de mulheres e homens que exercem outra actividade, concorrendo para tal, o tipo de produto comercializado bem como o volume de mercadoria que movimentam. Se as compararmos com as kinguilas e tivermos em consideração o aparente declínio dessa actividade, podemos antes falar em prestígio social que nem sempre implica necessariamente maiores rendimentos.

Nas práticas quotidianas do comércio de rua, as kinguilas e zungueiras diferenciam-se pela maneira específicas de exercer a respectiva actividade. As cambistas comercializam de forma sedentária, ao passo que as zungueiras são maioritariamente itinerantes. Em termos de indumentária, verifica-se, no caso das kinguilas, uma maior preocupação com a aparência, o que se constata pela exibição de trajes caprichados, jóias de ouro e preocupação com o cabelo. No caso das zungueiras, apesar da “modernidade” na maneira de vestir, grande parte alterna entre uma indumentária mais “globalizada” e a exibição de certos marcadores que constituíram o traje típico das “mamãs quitandeiras”, evidenciado sobretudo pelo uso do pano na cintura e do lenço na cabeça.

As kinguilas, por vezes, exercem a função de credoras. Concedem empréstimos àqueles clientes mais confiáveis, cobrando uma taxa de juro que pode chegar a 50% do valor concedido. As zungueiras, por sua vez, concedem aos seus clientes o kilapi, que é a venda a crédito, existindo duas variantes: a primeira variante no ato de pagamento em que o valor a pagar é o mesmo que no dia da compra. A segunda variante, o valor a pagar é acrescido de taxa de juro implícita. Tanto as actividades das kinguilas como as das zungueiras não são um trabalho isolado do circuito da economia luandense, uma vez que se encontram em estreita conexão com os demais sectores que configuram o circuito das actividades comerciais, e consequentemente, da sociedade em geral.

Relativamente aos percursos de vida das comerciantes entrevistadas, ficou registado que de uma maneira geral, são mulheres migrantes, originárias do interior do país. Como factores ligados a tal migração se podem citar: o constante deslocamento de populações quer a procura de segurança durante o período do conflito armado, quer a procura de melhores condições de vida ou oportunidades de negócios em Luanda.¹⁶

A necessidade de ganhar a vida torna-se o primeiro dilema neste processo de estabelecimento na cidade capital.¹⁷ No que concerne à sua inserção nas actividades comerciais de rua, ficou em evidência que contam com o apoio das redes sociais. Neste contexto, são os amigos e familiares que vão inseri-las nessas actividades, fornecendo as regras do mercado; a compra de mercadoria; as estratégias de venda e as redes de solidariedade. Os fragmentos da trajectória de vida de Maria, que a seguir apresento, parecem ilustrar bem esse fenómeno:

•

16. Ao analisar aspectos ligados à zona de origem das entrevistadas, fica nítido que grande parte delas não é originária de Luanda. Das 33 entrevistadas, 23 (70%) são provenientes das mais diversas regiões do país, ao passo que somente 10 (30%) nasceram na cidade capital. Verifica-se a seguinte composição: 10 nascidas em Luanda; 6 provenientes da província de Malanje; 4 de Benguela; 3 do Huambo; 1 do Kuanza-Sul, 3 do Kuanza-Norte; 1 do Bengo; 1 do Namibe; 2 do Bié; 1 do Uíge e 1 da Huíla. Há uma predominância clara das mulheres provenientes da área cultural Ambundu (62,3%), seguidas do grupo Ovimbundu (34,3%).

17. Grande parte dessas deslocações foram efectuadas entre os finais da década de 80 e inícios da década de 90. Estas datas coincidem com marcos históricos importantes nomeadamente: o período de transição entre a I e a II República que, implicou reformas políticas e económicas; assinatura dos Acordos de Bicesse, a realização das primeiras eleições multipartidárias e o eclodir do conflito pós-eleitoral.

Maria é natural da Quissama, província do Bengo, de onde saiu fugindo da guerra. Em 1984 estabeleceu-se em Luanda, no município do Cazenga, onde reside actualmente. Solteira e separada, é mãe de um rapaz de catorze anos. Exerce a actividade de câmbio nas imediações do mercado Roque Santeiro, situado no município do Sambizanga. Tem como escolaridade a 6ª classe. O contacto com a profissão de “kinguila” deu-se através da sua tia que, comovida com a sua condição de desemprego, levou-a para a rua e introduziu-a naquele ofício. Antes disso, não tivera qualquer experiência profissional ou actividade remunerada. O incentivo da tia e a necessidade de “*ganhar o pão de cada dia*”, a levaram a abraçar a actividade de kinguila. A grande satisfação e motivação que encontra na a actividade são o facto de esta lhe proporcionar o sustento, de com ela poder “ganhar a vida”. Como ela própria diz: “*Gosto, porque é onde eu ganho o meu pão, e por causa dela não durmo com fome*” [Maria, kinguila, município do Sambizanga, Luanda]

Observando a composição sócio-demográfica das comerciantes entrevistadas e fazendo um recorte geracional, constatou-se que a maneira de encarar o comércio de rua oscila entre o transitório e o permanente. Esta percepção pode variar em função da idade, escolaridade, proveniência social, encargos familiares, volume de negócios e rendimentos obtidos ou ainda capacidade física para aguentar a actividade. Verificou-se uma clara tendência das mais jovens encararem o comércio de rua como algo provisório:

Porque, eh pá, ficar aqui por baixo do Sol, já não estou a aguentar. Se conseguir um furo¹⁸ numa empresa, eu vou deixar. [Fragmentos da história de vida de Domingas, zungueira, bairro Hoji ya Henda, Luanda].

É também nesse grupo, das mais jovens, que encontramos de certa forma percursos profissionais marcados por passagem por empregos fora das actividades comerciais de rua, bem como por um interesse na aquisição de novas experiências profissionais que observem as exigências do mercado oficial de trabalho, onde algumas de nossas interlocutoras, segundo depoimentos, almejam futuramente estar inseridas, embora esse desejo manifestado contraste com as oportunidades oferecidas pelo actual mercado de trabalho oficial. Esta geração manifesta uma maior perspectiva de inclusão, por isso seu horizonte, do comércio de rua, é de uma actividade passageira no intuito de alcançar outra situação, como a abertura de um negócio maior ou realização de viagens de negócio ao exterior do país. Em verdade, para muitas delas, é o lugar onde vão buscar recursos para realização de outros anseios pessoais e profissionais. Esse parece ser o caso de Ngueve:

Ngueve nasceu no interior da província do Huambo. Em 1992, por altura do conflito pós-eleitoral, desloca-se com os pais para a cidade do Huambo, onde permanecem até 1999, altura em que se deslocam para Luanda à procura de segurança e de melhores condições de vida. Por altura do deslocamento, tinha como escolaridade a 6ª classe, ficando dois anos longe dos estudos, que retomou em 2002. Concluiu a 7ª classe. Na altura da entrevista cursa a 9ª classe. Paralelamente, possui o curso de informática e pretende fazer outros cursos profissionalizantes. Vendo que só estudar não garantiria a sua subsistência, em 2004 se lança no negócio de calçados brasileiros. Com a posterior falta de

•
18. Alusão a uma vaga.

mercadoria ingressou, temporariamente, na venda de cuecas. Mora com o marido, técnico médio de enfermagem, e os dois filhos. O seu objectivo é fazer o curso de enfermagem. Enquanto isso, vai fazendo alguns cursos profissionais, pois como ela mesma diz, seu objectivo é adquirir novos conhecimentos, para poder avançar na vida [Ngueve, zungueira, Bairro Hoji ya Henda, Luanda].

Em contrapartida, as mais velhas, com maior tempo na actividade comercial e com menor nível de escolaridade, tenderam a manifestar maior desejo de prosseguir com esta actividade. Isto porque são geralmente as mais velhas que suportam maiores encargos e, em função disso mobilizam grande parte dos recursos obtidos na venda para a educação dos mais jovens e para manutenção social das suas famílias. A maior parte dessas mulheres pretende que os seus filhos alcancem oportunidades sociais muito mais satisfatórias:

Não posso dizer que, aquilo que eu estou a fazer é que o filho também tem que fazer. Porque se o filho seguir o meu caminho conforme está, é negativo. Tenho que incentivar os miúdos, para estudarem, para a vida não ser mais como a minha" [kínguila, Bairro do Rangel, Luanda].

Este grupo de mulheres, as comerciantes mais velhas que, pela sua antiguidade na actividade, convencei designar por *mamãs quitadeiras*, uma vez que possuem longo percurso no comércio de rua de Luanda. Têm menor nível de escolarização e, de alguma forma, encontram-se acomodadas nessa actividade, ali fizeram as suas vidas, criaram e educaram os seus filhos. Com bastante suor conseguiram construir casa própria, na sua maioria em bairros clandestinos na periferia da cidade capital. Essas senhoras não visualizam alternativa para além das actividades do comércio informal. Como elas mesmas dizem: "*Já estamos habituadas com esse negócio*". Neste contexto, enquadro a história de vida de Tia Josefa:

Filha de pais camponeses, tia Josefa é natural de Malanje, de onde saiu depois da independência, em 1975, para Luanda. Actualmente é vendedora de rua nos arredores do Mercado da Asa Branca, no município do Cazenga. Tem 50 anos, 28 dos quais exercendo o comércio de rua. Mãe de 5 filhos, diz todos dependerem economicamente dela. Vive com marido e filhos e, se assume como a principal provedora de recursos para o sustento familiar: "*eu mesma é que sustento a minha casa. Eu é que se aguento com os filhos, tenho cinco filhos, todos dependem de mim. Conforme nos confidenciou: "marido de agora. No meu caso, falo verdade não tem pessoa que me ajuda, tudo mesmo só eu. Tudo depende mesmo aqui da Asa Branca"* [Tia Josefa, comerciante sexagenária, arredores do Mercado da Asa Branca, Cazenga, Luanda]

Verificou-se, que em muitas das famílias das nossas interlocutoras o homem já não é o principal provedor de recursos. Na verdade, de certa forma vai perdendo esse status dentro do núcleo familiar. De outro modo, ficou espelhado também como nesse contexto a capacidade de gestão e os rendimentos das mulheres constituem cada vez mais o suporte orçamental dos agregados. Essa mudança de papel, resultante desse processo, parece ter sérias repercussões na estrutura social dos agregados familiares luandenses:

Nós mesmo é que somos pai, é que somos mãe, é que sustentamos as crianças. A criança basta ficar doente, vamos correr nos hospitais. Porquê? Porque os pais não tem, você pode ir no pai, o pai fala não tenho dinheiro. Você, mãe, bate a cabeça aí, bate a cabeça ali, a criança tá bom. Você é pai, você é mãe em casa, vai fazer o quê? Marido? Vai lhe encontrar aonde? [zungueira, arredores do mercado dos Congolenses, Luanda]

Entre as entrevistadas, constatámos que cerca de quinze mulheres se assumem como as principais provedoras de rendimentos para a sua família e para gestão do agregado familiar. Foram, sobretudo, as mulheres sem companheiro que mais responderem serem as detentoras da chefia familiar; mas houve também casos em que mulheres que coabitam com os seus parceiros afirmaram deter tal chefia. Parece que, quanto mais ínfimo for o peso familiar carregado pelas mulheres, maiores são as vantagens a tirar na chefia familiar e vice-versa:

Marido não tem emprego, você é que tem de correr para aqui, para consumir em casa. Às vezes você não consegue porque numa casa é bom o homem e a mulher trabalhar. Agora assim o homem faz assim num dá. Fica assim, embora em casa” [zungueira, arredores do mercado dos Congolenses, Luanda]

Verificámos em alguns casos do grupo estudado, certa tendência de prevalência de domicílios chefiados por homens, mas sustentados pelas mulheres. Sobre esse assunto, estudos têm chamado à atenção para o facto da definição de domicílio não ser assim tão simples [Chante 1988, De La Rocha 1997], porque tal posição de poder atribuída ao provedor económico, aquele ou aquela que toma as decisões ou pode ser uma posição estabelecida a partir de estruturas familiares de poder ou de autoridade. Eles alegam que, por razões socioculturais e ideológicas, a mulher raramente é classificada como chefe de família, mesmo sendo a sua principal provedora económica, quando há um homem como morador do mesmo domicílio, seja em ele cônjuge, pai ou filho mais velho. O chefe de família é identificado como uma pessoa de referência ou chefe, o qual é definido como a pessoa responsável pela unidade domiciliar e é normalmente identificada com o sexo masculino.

Por outro lado, muitos esposos aproveitam-se frequentemente do facto de as mulheres ganharem algum dinheiro para se furtarem aos seus deveres para com a família. Mesmo quando desempregados, grande parte dos homens não aceita cooperar nas tarefas domésticas; e muitas vezes quando aceitam, não consideram ser sua tarefa.

Esta falta de colaboração do marido vem tornar ainda mais penoso o dia-a-dia dessas mulheres. Em relação a este aspecto, as entrevistadas afirmaram terem tido dificuldades em manter relações conjugais estáveis como consequência da actividade de zungueira, principalmente devido ao horário da chegada a casa e ao tempo de ausência de casa. Acrescem ainda as possíveis suspeitas de infidelidade conjugal e o consumo de álcool. Com base nos relatos registados, transcrevemos o seguinte:

Não somos solteiras, os homens nos fugiram. Foram embora, por causa de chegar à noite. E ela agora se esperar na conta do homem e ficar em casa, o homem não vai lhe dar nada. Agora ela assim como está, ganha lá um trezentos, uns quinhentos já num tá bom? Agora o homem num quero essa vida. São maus, são burros. [grupo de zungueiras, Município do Rangel, Luanda]

Entretanto, não podemos atribuir as causas da ruptura dos laços conjugais unicamente à actividade da mulher comerciante. Mediante uma análise atenta feita aos relatos das entrevistadas, vimos que o facto de estas mulheres possuírem os seus próprios rendimentos é muitas vezes motivo para os seus esposos se furtarem às suas responsabilidades familiares, como a contribuição para os gastos diários e os cuidados com os filhos, ficando tudo sob responsabilidade das mulheres. Fruto desta situação, muitas entrevistadas dizem preferir estar “sozinhas do que mal acompanhadas”, optando em grande parte por viverem sós, sem um companheiro dentro de casa:

O marido não fugiu, eu mesmo é que lhe corri. Na primeira filha já me fez assim, vou continuar com ele? Dinheiro não estou a ver, mas ele não está me ajudar. É feito de quê? De dormir quatro pernas na cama. Ele não está me ajudar, não sabe se a mãe precisa de vestir. O dinheiro da comida reclama então, tal feito de ficar com o marido é de quê? Só andar se ver na cara toda hora? Vale a pena lhe expulsar e ficar sozinha, eu já decidi assim. [zungueira, arredores do mercado dos Congolenses, município do Rangel]

Em estudo comparativo sobre as diferenças entre bem-estar social e económico das famílias encabeçadas por homens e por mulheres em Querétaro, Chant [1988] conclui que, em termos de bem-estar económico, da administração do trabalho doméstico e dos padrões de autoridade, a família nuclear encabeçada por um homem exhibe certas características que não são tão desejáveis como as da família encabeçada por uma mulher. A família encabeçada pela mulher resulta normalmente de uma escolha positiva e deliberada da própria mulher. Segundo a referida autora, apesar das dificuldades que enfrentam as mulheres, os dados da pesquisa mostram que a formação de uma unidade encabeçada por mulher, seja por iniciativa do homem ou da mulher, pode produzir frequentemente mais segurança e estabilidade à família em diferentes formas.

Existe uma concepção generalizada para explicar o fenómeno de famílias chefiadas por mulheres, como consequência da condição cultural do homem, o qual contempla a das famílias encabeçadas por mulheres como resultado da acção-decisão do esposo ou companheiro. Deste modo, considera-se frequentemente que a família “abandonada” pelo homem se encontra numa má situação social e económica como consequência da ausência deste [Chant 1988].

Tendo em conta este quadro, muitas destas mulheres procuram novas relações, um novo parceiro, estabilidade conjugal. Segundo as entrevistadas, deparam-se não raramente com novas decepções emocionais. Daí concluírem: “Homem é tipo cão: você lhe serve no prato, ele come no chão”.

Questionada acerca das motivações para entrada e permanência nas actividades comerciais de rua, uma das minhas interlocutoras respondeu: “Porque eu vi que é um serviço fácil. Porque sai o ganho para sustentar os meus filhos e me sinto satisfeita. Porque não há emprego, pois se tivesse não estaria aqui”. Foi uma das raras entrevistadas que declarou ter outras fontes de rendimento para além da venda de coxas de frango a retalho. Deolinda compra mercadoria em Luanda e envia para o interior do país para ser comercializada. Questionada sobre os planos futuros, diz almejar expandir os seus negócios através de um empréstimo bancário, porque segundo ela,

Cada dia que passa, eu também quero mudar. Quero mudar, porque o bem-estar também faz falta na sociedade. [Deolinda, zungueira, vendedora de coxas de frango, bairro Hoji ya Henda, Luanda].

No que concerne aos rendimentos obtidos com a venda, não são uniformes. Variam, dependendo muito da quantidade de mercadoria comprada, do preço praticado e tipo de negócio. Verificou-se também que a aplicação dos rendimentos varia consoante a idade e as responsabilidades familiares, como o número de filhos, chefia familiar, número de dependentes no agregado, bem como ter ou não um parceiro que ajude nas despesas do lar. Há uma tendência das vendedoras mais jovens gastarem seus rendimentos em roupas e, em casos raros, na educação. Ou seja, as mulheres mais jovens e com menos responsabilidade familiar têm maior oportunidade de investir em si mesmas, em relação às mais velhas e com maior responsabilidade familiar.

No contexto estudado, a criação de grupos de poupança rotativa e ajuda mútua designados por *kixikila* constitui um circuito de ajuda mútua que as mulheres praticam e que compensa em parte a escassez de capital inicial [Ducados & Ferreira 1998].¹⁹ A líder do grupo é habitualmente designada por “mãe da *kixikila*”. Esta figura central do “jogo” é eleita pelo grupo, pela capacidade de gestão e mobilização. A *kixikila*, quando bem sucedida, tem funcionado como factor de protecção da sustentabilidade desses grupos. É mais visível entre mulheres mais velhas do que entre homens devido à dedicação destas e aos fortes laços de solidariedade [PNUD 1999: 81].

A prática da *kixikila* resulta dos laços de solidariedade estabelecidos entre essas mulheres e apresenta-se como forte indicador de redes de poupança, se tivermos em conta que é com o dinheiro adquirido a partir desta prática que elas conseguem incrementar os seus negócios e arcar com as despesas de casa, a educação com os filhos, os cuidados com a saúde, ou ainda garantir dinheiro e o transporte do marido de casa para o posto de trabalho, uma vez que na sua maioria dependem de um salário mensal.

As observações de campo permitiram ainda descortinar certa rivalidade entre ambulantes e comerciantes estabelecidas em feiras e mercados. O conflito decorre, sobretudo, porque as vendeiras dos mercados pagam uma taxa de imposto de venda às administrações municipais, enquanto grande parte das zungueiras, por não estar formalmente registada, “oficialmente” nada paga e pratica preços mais baixos em relação às suas “adversárias”. Em determinada altura, as vendeiras de banca do interior dos mercados, institucionalmente mais valorizadas, aliciam as entidades fiscalizadoras no sentido de correrem com as zungueiras dos arredores de mercados.

Ao mesmo tempo, verificou-se uma presença muito forte da prática da zunga entre as comerciantes com lugar em mercados e feiras, o que revela a importância da prática na dinamização das vendas.

•
19. A prática é localizada nas várias regiões do país, variando a denominação consoante a proveniência etnolinguística dos membros que a praticam. Entre os bakongo é conhecida por *kituku* e entre os kimbundu é chamada *kixikila*, sendo a sua prática bastante difundida entre as mulheres [PNUD 1999]. Os estudos relacionados com a questão das poupanças informais apontam que as práticas das Associações de Poupança–Roscas têm a sua origem nas zonas rurais, onde era exercida entre os agricultores. Na prática, funcionam como clubes de poupança, formados por grupos de indivíduos que se unem para criar seus próprios mecanismos de serviços de intermediação financeira. Actualmente, muitas sociedades ainda a praticam transportando-as, com ligeiras alterações, para os espaços urbanos, consoante o contexto em que a prática toma diferentes denominações. A título de exemplo: Na Indonésia toma o nome de *arisan*; nas Filipinas, de *paluwagon*; no Egipto, de *gameya*; na Etiópia, *ekub*; na Guatemala, de *cuchubal*; no Brasil, *caixinhas* ou *sorteios*; e em Moçambique, *chiquitique*.

Neste caso, é muito comum estas comerciantes oscilarem entre a venda ambulante e fixa. Procurou-se saber o que as comerciantes fixas pensam acerca do incremento do número de mulheres no comércio de rua, principalmente das vendedoras ambulantes. Uma comerciante sexagenária relatou o seguinte:

Cada vez que chega também na praça, num tem ganho. Chega na bancada, aquela peça que ela meteu lá faz com ele um mês. Fala “Não, deixa ir à Baixa zungar”, é isso que está, dá nisso. As senhoras que estão dentro da praça preço deles é outro, aquele que está também na zunga, também é outro. Porque aquele de dentro, o negócio está na sombra. Agora aquele na zunga não vai esperar o preço de dentro. Por exemplo: ela está a dar mil, lá fora eu não vou dar mais mil, vou dar quinhentos [comerciante sexagenária, arredores do mercado da Asa Branca, Cazenga, Luanda]

Deste modo, a zunga torna-se cada vez mais uma estratégia que visa dinamizar a venda e, consequentemente, uma maneira de incrementar os rendimentos, uma forma de inserção no mercado de trabalho, podendo talvez falar-se mesmo de uma *zungarização* do comércio em Luanda.

Conclusão

O comércio de rua representa um dado vital do contexto socioeconómico da cidade de Luanda. Ainda assim, os seus actores sociais continuam sendo classificados como integrantes do sector informal de trabalho, sem se atentar para as características próprias destas actividades, muitas delas intimamente ligadas à tradição das populações angolanas. Rotular essas actividades simplesmente por informais, homogêneas-as, pois, não possibilita uma reflexão que considere as suas principais características: diversidade e especificidade. Não está em jogo apenas uma estratégia de se reproduzir no mundo laboral, mas pode também ser: renda complementar, estratégia de flexibilidade e precarização, desmanche da sociedade salarial.

Contrariamente a essa tentativa de homogeneização desse tipo de actividades, fica cada vez mais em evidência que existe uma interpenetração entre as actividades “informais” e as “formais”. No caso em análise, comerciantes estabelecidos juntam-se aos comerciantes de rua, compartilhando o espaço, os clientes e os fornecedores. Em certos casos, o comércio ambulante é uma estratégia utilizada pelos comerciantes estabelecidos, de modo que a dicotomia formal-informal não se sustenta, na própria medida em que o limite entre formalidade e informalidade é tão subtil quanto inconstante.

A falta de formação profissional e ausência de alternativas de emprego entre o grupo estudado reflectem, por um lado, as desigualdades de género no acesso à educação, e por outro a situação mais geral de incapacidade institucional do Estado em proporcionar aos cidadãos iguais possibilidades de formação e acesso ao mercado de trabalho oficial. Tal contexto faz com que trabalhar por conta própria se constitua, também, numa maneira de escapar a estas desigualdades de oportunidades e instabilidade que o mercado de trabalho angolano oferece aos seus cidadãos. Nesse sentido, a procura pela sobrevivência quotidiana diante das ausências de alternativas constitui ainda o grande incentivo para ingresso das mulheres nas actividades de comércio de rua.



Factores como qualificações académicas e profissionais insuficientes ou não correspondentes às exigências do mercado de trabalho oficial, bem como a flexibilidade oferecida pelas actividades informais em determinados aspectos, como o caso do horário ou as fronteiras ténues entre trabalho e lazer e o desejo de não se submeterem às exigências e aos salários de um “emprego formal”, aparecem como relevantes. Diante dessa diversidade, o comércio de rua passa simultaneamente a ser considerado por uns como uma necessidade de sobrevivência determinada pelas condições de recessão, desemprego e ajustamentos económicos. Mas para outros, ele constitui-se num modo novo de ganhar a vida, isto é, um modo de inserção no mercado de trabalho ou uma forma de *globalização popular*²⁰.

Em termos de impacto social nos arranjos familiares, a pesquisa permitiu constatar que o rendimento económico das mulheres comerciantes de rua é quase que inteiramente investido na educação dos filhos, na compra de terrenos para construção da casa própria e na manutenção da casa. Isso remete-nos evidentemente para uma dimensão muito além da satisfação da sobrevivência física (questão alimentar), mas, também para outra dimensão desses rendimentos, não somente enquanto factor de alívio de carências materiais extremas, mas também como um meio de buscar a ascensão social, uma vez que têm uma importância acentuada na sociedade luandense, pois do ponto de vista social ocupam um lugar central em termos de produção, emprego, distribuição e garantia de rendimentos.

A pretensão legalista do poder público, em disciplinar e punir comerciantes de rua, para além de uma falta de sentido de políticas públicas voltada para esses atores sociais, tem se ancorado numa acentuada falta de atenção do papel social e da criatividade destes comerciantes em Luanda. Tal facto torna-se evidente na forma como as kinguilas e, sobretudo, as zungueiras são combatidas, bem como a ausência de qualquer política de protecção social séria destinada a esse grupo social.

De modo semelhante ao que aconteceu noutros períodos da história da cidade, nota-se também uma clara intenção em transladar todas as tradicionais formas de comércio popular do centro da cidade para as novas periferias. Isso faz com que, no contexto angolano, o argumento de estas actividades estarem ou não licenciadas não seja nem muito claro, nem a maneira mais adequada de se olhar para essa realidade social, principalmente se nos ativermos ao facto de que uma parte desses operadores não possui informação acerca do processo de legalização e exercer a sua actividade sem ter em conta essa entidade “Estado”, o que revela a fraca capacidade deste se impor socialmente perante os seus cidadãos. As palavras proferidas por uma das entrevistadas espelham bem esse contexto: *“Pai, aqui é Angola. É tipo um animal que mataram. Tipo uma pacaça: matam, cortam e cada pessoa tira a metade dele. Aqui é Angola. Toda a pessoa tira a parte dele!”*²¹

20. Parafrazeando Ribeiro [2010]. De acordo com o referido autor, trata-se de uma globalização económica de baixo para cima, ou seja, é o processo de apropriação desigual dos bens económicos e culturais do mundo globalizado por parte de sectores subalternos.

21. Zungueira, bairro Hoji ya Henda, Luanda.

Referências Bibliográficas

- ADRA — Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
1993: *Pobreza e Crise social em Angola*. Luanda, conferência realizada em Novembro
- AGÊNCIA Francesa de Desenvolvimento
2006: *Formação Profissional no Sector Informal. Relatório sobre o Inquérito Realizado em Angola*, Paris: AFD
- CARDOSO, Boaventura
1982: *Dizanga dia Muenhu*, São Paulo: Ática
- CARVALHO, Paulo de
2002: *Angola. Quanto tempo Falta para Amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social*, Oeiras: Celta Editora
1997: "Política cambial selectiva", *NGOLA—Revista de Estudos Sociais*, vol. I (1), pp. 219–247
- CASIMIRO, Isabel
2004: *Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e Organizações de mulheres em Moçambique*, Maputo: CIEDIMA
- CHANTE, Sylvia
1988: *Mitos y realidades de la formación de las familias encabezadas por mujeres: el caso de Querétaro*, México
- DE LA ROCHA, Mercedes Gonzalez
1997: "Hogares de jefatura femenina en México: Patrones y formas de vida", comunicação apresentada ao *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA)*, México
- DYA KASEMBE
2005: *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*, Luanda: Nzila
- DOMINGUES, Maria Manuela Abreu Borges
2000: *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau. Tese de Doutoramento em Antropologia*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa
- DUCADOS, Henda.
2002: "A Mulher Após o Final do Conflito", <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/mulher-angolana.php>. <1.Fevereiro.2010>
- DUCADOS, Henda & FERREIRA, Manuel Eanes
1998: "O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Económica das Mulheres em Angola: a kixikila no Município do Sambizanga (Luanda)", comunicação apresentada ao *V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa
- FERNANDES, Emília Dias
1999: "O Sector Informal como Estratégia de Redução da Pobreza", in *Anais da III Jornada Técnico-Científica da FESA*, Luanda: Fundação Eduardo dos Santos, pp. 245–254
- FRIAS, Sónia
2008: "Intervenção feminina na luta contra a pobreza. Estudo realizado junto de comerciantes informais da cidade de Maputo — Moçambique", *Desenvolvimento Social*, Montes Claros, nº 2, Dez, pp. 43–52
- GRASSI, Marzia
2003: *Rabidantes. Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Spilleen
- INSTITUTO de Pesquisa Económica e Social
2006: "O impacto da economia informal na redução da pobreza e exclusão social. Interação com a protecção social. O caso de Angola", Luanda (draft)
- INSTITUTO Nacional de Estatística
2003: *Inquérito de Indicadores Múltiplos. Avaliando a Situação das Crianças e Mulheres Angolanas no Início do Milénio*, Luanda: INE
1996: *Perfil da Pobreza em Angola*, Luanda: INE
- JORNAL DE ANGOLA
1987: "Código quinhentos e o eixo Francas-Paralelo", 13/Fevereiro
1987: "Mercados Paralelos", 26/Julho

- LOPES, Carlos
2004: “Kandongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda”, *Lusotopie*, XIII (1), pp.163-183
- MACEDO, Tania
2006: “Luanda: literatura, história e identidade de Angola”, in Selma Pantoja (org.). *Identidades, memórias e histórias, em terras africanas*, Brasília: LGE, Luanda: Nzila, pp.39-56
- MELO, Rosa
2004: “Sentir Angola no Coração: uma reflexão sobre a angolanidade em Portugal”, comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra
- MOTT, Luiz
2000: “Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo”, in Sérgio Ferreti (org.) *Reeducando o olhar. Estudo sobre feiras e mercados*. São Luís: UFMA, pp.16-17
- MURTEIRA, Mário
1995: *Economias e sociedades em transição na África lusófona*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespo Bordeaux.fr/resu9521.html>. <12. Novembro.2007>
- NZATUZOLA, João Baptista Lukombo
2006: *População e Mercado de Trabalho em Angola: Alguns elementos essenciais e as suas incidências sobre o emprego e o desemprego em Luanda*, Luanda: Editorial Nzila
- PEREIRA, Aline
2005: “Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho”, comunicação apresentada à 11ª Assembleia-Geral do CODESRIA, Maputo
- PUND — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1999: *Relatório de Desenvolvimento Humano. Angola 1999*, Luanda: PNUD
2000: *Políticas de Redução da Pobreza Procurando a Equidade e a Eficiência*, Luanda: PNUD
- PANTOJA, Selma.
2008: “Da Kitanda à quitanda”, *Revista de História*, Set.
2001: “A dimensão atlântica das quitadeiras”, in Júnia Ferreira Furtado (org.) *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as Novas abordagens para uma história do império Ultramarino Português*, Belo Horizonte: UGMG
2000: Quitandas e Arimos: um negócio feminino no abastecimento de géneros alimentícios em Luanda nos séculos XVIII e XIX, in PANTOJA, Selma (Org.) — *Entre Áfricas e Brasis*, Brasília: Editora Paralelo 15.
- RIBAS, Óscar
1989: *Sunguilando. Contos tradicionais angolanos*, Luanda: União dos Escritores Angolanos
1964: *Missosso. Literatura tradicional angolana*. Luanda: Tipografia Angolana
- RIBEIRO, Gustavo Lins
2010: “A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 74, pp. 22-38
- ROBSON, Paul & Sandra ROQUE
2001: *Aqui na Cidade Nada Sobra Para Ajudar. Buscando solidariedade e ação colectiva em bairros peri-urbanos em Angola*, Luanda: ADRA/DW
- ROCHA, Manuel J. Alves da
1986: Ensaio de um balanço crítico, Economia e Socialismo. *Revista Trimestral de Economia e Política*, ano X, nº 69-70, pp.109-118
- RODRIGUES, Cristina U.
2006: *O trabalho dignifica o homem. Estratégias de sobrevivência em Luanda*, Lisboa: Edições Colibri
2005: “Delimitação colonial rígida da mobilidade social às estratégias de sobrevivência e reprodução social diversificadas: análise das formas de dispersão e concentração de recursos económicos e sociais em Luanda e Maputo”, comunicação apresentada ao congresso *Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana*, Maputo

- 2003: “Recomposição Social em Luanda e Urbanização”, comunicação apresentada no âmbito do projecto multidisciplinar *Urbanização em Luanda e Maputo: Impactos da Guerra e das Transformações Socioeconómicas* (anos 80-90), Lisboa
- SANTOS, Ana de Sousa
1967: “Quitadeiras e quitandas de Luanda”, *Separata da Revista do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol. 4 (2), pp. 89-112
- SANTOS, Orlando
2010: “Do pregão da Avó Ximinha” ao grito da Zungueira. *Trajectórias femininas no comércio de rua em Luanda*, Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos, Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia
- VAN-DÚNEM, Domingos
s.d.: *Sobre o vocábulo quitadeira*, Luanda: Edição do autor
- VAN-DÚNEM, José Octávio Serra
2004: “Breve abordagem entre o mercado de trabalho e a pobreza: o caso de Luanda”, in: *Cadernos de Pesquisa*, Cunene: Diocese do Cunene, pp. 17-24
- VENÂNCIO, José Carlos
1996: *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Editorial Estampa
- VLETTER, Fion de
2002: *A Promoção do Sector Micro-empresarial Urbano em Angola: Contribuição para uma estratégia de redução da pobreza*, Luanda: OIM/ PNUD/ PRINCIPIA.

Recebido a: 30/Abril/2011

Enviado para avaliação: 18/Agosto/2011

Recepção da apreciação: 29/Set, 5 e 6/Outubro/2011

Recepção do artigo corrigido: 12/Dezembro/2011

Recepção de elementos adicionais: 28/Dezembro/2011

Aceite para publicação: 29/Dezembro/2011

Title

Mom “quitadeiras”, “kinguilas” and “zungueiras”: women trajectories and everyday of street traders in Luanda.

Abstract

The paper analyzes the street trading in Luanda, particularly the developed by women. Through interviews, observation of everyday traders and the use of historical literature, I try to analyze the day-of-day of these women and their experiences and life trajectories. I also try to examine the participation of women in street trading, and from there identify ruptures and continuities in the routine practices of old and new generations

of women street traders. I argue that while it is now one of the most striking faces of daily life in Luanda, the street trading has been present since the beginnings of the town, building and part of its plot and everyday social relation.

Key-words

Labour market, trade, gender, women.

